##ATO Portaria TRE-RS P N. 233, de 25 de setembro de 2019.

##TEX A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve: Tornar público, nos termos do Inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo.

##ASS Desa. Marilene Bonzanini

ANEXO I
UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2018 A AGOSTO DE 2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)
	LIQUIDADAS													
	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	TOTAL (últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.660.314,17	22.634.849,22	36.855.406,83	25.267.081,91	30.179.260,77	21.445.265,46	21.847.254,01	19.900.758,08	23.389.614,45	21.733.559,46	21.697.356,15	21.692.588,79	287.303.309,30	
Pessoal Ativo	16.467.590,15	18.368.096,15	30.377.345,91	20.997.278,60	23.434.000,00	16.641.161,09	17.133.630,30	15.213.737,04	18.754.731,69	17.037.226,92	16.989.504,34	17.007.953,35	228.422.255,54	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	14.235.297,67	16.119.127,27	25.781.294,80	18.487.636,23	21.001.315,16	14.363.861,51	14.743.112,27	12.868.851,38	16.391.609,20	14.682.002,94	14.635.958,12	14.672.758,90	197.982.825,45	
Obrigações Patronais	2.232.292,48	2.248.968,88	4.596.051,11	2.509.642,37	2.432.684,84	2.277.299,58	2.390.518,03	2.344.885,66	2.363.122,49	2.355.223,98	2.353.546,22	2.335.194,45	30.439.430,09	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.192.724,02	4.266.753,07	6.478.060,92	4.269.803,31	6.745.260,77	4.804.104,37	4.713.623,71	4.687.021,04	4.634.882,76	4.696.332,54	4.707.851,81	4.684.635,44	58.881.053,76	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.376.138,57	3.434.640,57	5.212.997,04	3.410.464,71	5.411.393,72	3.896.488,59	3.805.957,71	3.779.355,04	3.724.687,05	3.814.080,73	3.823.654,82	3.823.344,92	47.513.203,47	
Pensões	816.585,45	832.112,50	1.265.063,88	859.338,60	1.333.867,05	907.615,78	907.666,00	907.666,00	910.195,71	882.251,81	884.196,99	861.290,52	11.367.850,29	

Outros Benefícios Previdenciários															
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.192.724,02	4.266.753,07	5.862.527,01	271.707,75	6.745.260,77	4.804.104,37	4.713.623,71	4.687.021,04	4.634.882,76	4.696.332,54	4.744.258,95	4.684.635,44	54.303.831,43		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração			27.955,56	271.707,75							36.407,14		336.070,45		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.192.724,02	4.266.753,07	5.834.571,45		6.745.260,77	4.804.104,37	4.713.623,71	4.687.021,04	4.634.882,76	4.696.332,54	4.707.851,81	4.684.635,44	53.967.760,98		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III = I - II)	16.467.590,15	18.368.096,15	30.992.879,82	24.995.374,16	23.434.000,00	16.641.161,09	17.133.630,30	15.213.737,04	18.754.731,69	17.037.226,92	16.953.097,20	17.007.953,35	232.999.477,87	0,00	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	829.157.292.075,07	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	232.999.477,87	0,028101
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	370.102.648,89	0,044636
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	351.597.516,45	0,042404

LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	333.092.384,00	0,040172
--	----------------	----------

FONTE: SIAFI e COORC/SOF/TRE-RS. Emitido em 23/09/2019 às 14h e 15m

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 633, de 18 de setembro de 2019.

ANEXO II
UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2018 A AGOSTO DE 2019

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	287.303.309,30
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	54.303.831,43
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	232.999.477,87

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)		829.157.292.075,07		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100		0,028101%		
		% DA RCL	VALOR	
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III		0,044764%	371.163.970,22
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2: Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,044719%	370.790.849,44
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2: -		
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2: Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,044636%	370.102.648,89
	Justiça do Trabalho / ATO Conjunto TST.CSJT/2015 \3			

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Desa. Marilene Bonzanini
Presidente

Francisco Alexandre B. Kausch
Gestor Financeiro

Josemar dos Santos Riesgo
Diretor-Geral

Herbert Dias Miranda
Controle Interno